

CÚPULA: DIRIGENTES EUROPEUS ACORDAM ORÇAMENTO E ANUNCIAM APOIO AO LIVRE COMÉRCIO

[Em dois dias de extensas reuniões em Bruxelas](#), 7 e 8 de fevereiro, os chefes de Estado e de Governo dos 27 Estados-Membros da União Europeia (UE) chegaram a um acordo sobre o orçamento da UE para o período 2014-2020. Foram igualmente adotadas orientações para a política comercial externa da UE: abrir negociações com os Estados Unidos e concluir em breve a rodada com o Canadá; lançar o diálogo de livre comércio com o Japão; focar a agenda com a China no que tange a investimento, acesso aos mercados, contratos públicos e propriedade intelectual; aprofundar as relações comerciais com os países da ASEAN e trocar ofertas de acesso ao mercado com o Mercosul, no mais tardar no último trimestre de 2013.

Um Acordo de € 960 bilhões para o período 2014-2020

O acordo alcançado no [Conselho Europeu para o período 2014-2020](#) fixa o limite máximo possível das despesas da União Europeia a 28 Estados-Membros (contando com a adesão da Croácia em 1º de junho de 2013) em 959.988 bilhões de euros e o limite máximo dos pagamentos globais em 908,40 mil milhões de euros, valores que correspondem a uma redução de 3,5% e 3,7% respectivamente, se comparado ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) em curso (2007-2013).

O orçamento está dividido em cinco rubricas. As que representam os dois maiores gastos do orçamento, as políticas de coesão econômica, social e territorial e de crescimento sustentável, incluindo a política agrícola comum, sofreram reduções significativas, de 8,4% e 11,3% respectivamente, em comparação com o QFP 2007-2013.

Em contrapartida, a política de competitividade para o crescimento e emprego, incluindo o reforço da investigação e do desenvolvimento tecnológico, a promoção de redes sustentáveis da UE de transportes e energia e a melhoria



NESTA EDIÇÃO

Cúpula: Dirigentes europeus acordam orçamento e anunciam apoio ao livre comércio Pag. 01

UE cria sistema único de verificação Pag. 04

REACH 2013: legislação dos químicos não sofrerá alteração Pag. 05

ECHA disponibiliza lista das substâncias químicas a registrar Pag. 06

FIQUE DE OLHO! Pag. 06

Consumo de carne na UE Pag. 07

Acordos Internacionais

UE x EUA Pag. 08

UE x Peru Pag. 09

Consulta Pública

Energia Pag. 10

Mercado interno Pag. 11

Bruxelas em Movimento

UE abre para carne brasileira Pag. 11

Novo regime de importação de frango brasileiro pela UE Pag. 12

Japão abre para carne europeia Pag. 12

Questões Parlamentares

CE - alimentícios x biocombustíveis Pag. 13

CE quer investir em inovação Pag. 14

Agenda da UE

Pag. 14



da qualidade da educação e da formação e a competitividade e inovação, ganhou um impulso significativo de 37,3% em relação ao atual QFP.

Os mecanismos de interconexão de infraestrutura europeia, como as redes de transporte, de energia e de telecomunicação, que fazem parte da rubrica 1a, ganharam aumento de 140%. Porém, se levarmos em consideração o que foi solicitado por Van Rompuy, sofreram cortes de 29%.

Ainda considerando como base de comparação a proposta de Van Rompuy, a Política Agrícola Comum (PAC) sofreu cortes mínimos, inferiores a 1%. Porém, se compararmos com o último QFP, a rubrica agricultura foi a que sofreu maior corte do Conselho. O orçamento atribuído para o desenvolvimento rural acabou em cerca de 85 bilhões de euros.

O que há de novidade neste QFP é a criação de uma reserva atribuída em caso de crise no setor agrícola, que foi estipulada em 2,8 bilhões de euros.

Levando em consideração a proposta de Van Rompuy, a rubrica "segurança e cidadania" foi reduzida em 6%, a "Europa no mundo" caiu 4% e, finalmente, os gastos com a máquina administrativa da UE encolheram 2%.

	Novo QFP 2014-20	Último QFP 2007-13	Comparação 2014-20 / 2007-13	
Dotações de autorização	<i>milhões €</i>	<i>milhões €</i>	<i>€</i>	<i>%</i>
1. Crescimento inteligente e inclusivo	450.763	446.310	+4,5 bilhões	+1,0%
1a. Competitividade para o crescimento e o emprego	125.614	91.495	+34,1 bilhões	+37,3%
1b. Coesão econômica, social e territorial	325.149	354.815	-29,7 bilhões	-8,4%
2. Crescimento sustentável: recursos naturais	373.179	420.682	-47,5 bilhões	-11,3%
3. Segurança e cidadania	15.686	12.366	+3,3 bilhões	+26,8%
4. Europa Global	58.704	56.815	+1,9 bilhões	+3,3%
5. Administração	61.629	57.082	+4,5 bilhões	+8%
6. Compensações	27	n/d	+0,027 bilhões	n/d
Total das dotações de autorização	959.988	994.176	-35,2 bilhões	-3,5%
<i>em percentagem do PNB</i>	<i>1,00%</i>	<i>1,12%</i>		
Total das dotações de pagamento	908.400	942.778	-34,4 bilhões	-3,7%
<i>em percentagem do PNB</i>	<i>0,95%</i>	<i>1,06%</i>		

Fonte: Conselho Europeu

Próximos passos

O Conselho espera que o novo QFP esteja em pleno funcionamento a partir de 1º de janeiro de 2014, o que parece uma visão muito otimista. É provável que haja atraso no início de muitos programas de gastos porque o próprio processo de aprovação já está atrasado devido à falta de acordo em novembro passado. Depois, deve-se levar em consideração o tempo para o processo de ratificação e implementação. Porém o mais importante é que nada acontece sem a aprovação do [Parlamento Europeu](#) (PE). Além disso, os eurodeputados votarão em escrutínio secreto, protegendo-se da pressão direta dos governos.

Imediatamente após o Conselho, [quatro dos maiores partidos do PE](#) disseram, em uma declaração conjunta, que o orçamento, na sua forma atual, não poderá obter a maioria necessária no plenário. Os eurodeputados defendem menos cortes nas áreas do crescimento e da criação de empregos.

Livre Comércio: os 27 Estados-Membros querem abrir negociações com EUA

No âmbito do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro, os chefes de Estado e de Governo dos 27 Estados-Membros da União Europeia anunciaram o apoio a um acordo comercial abrangente com os Estados Unidos e autorizaram a Comissão Europeia a “dar rápido seguimento às recomendações” do relatório do grupo de alto nível UE-EUA durante a atual presidência irlandesa da UE, ou seja, até o final de junho. As conclusões favoráveis à abertura de negociações para um acordo de livre comércio transatlântico [foram divulgadas no dia 11 de fevereiro](#). (ler matéria sobre a abertura das negociações com os EUA na seção Acordos Internacionais).



[Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro.]

Além do acordo com os Estados Unidos, o [Conselho Europeu também evocou a importância de reforçar](#) relações com outros parceiros comerciais. Espera-se para breve a conclusão das negociações com o Canadá, iniciadas em 2009. Em visita a Ottawa, nos dias 5 e 6 de fevereiro, o comissário europeu responsável pelo comércio, Karel De Gucht, anunciou que houve progressos, mas ainda é preciso contornar diferenças importantes para encerrar as negociações. [Os negociadores-chefes de ambos lados vão se encontrar nas próximas semanas](#). As questões controversas, de acordo com a imprensa canadense, são as importações de produtos lácteos europeus, o acesso das empresas europeias às compras governamentais canadenses e a validade das patentes farmacêuticas, para a qual a Europa pede um ano a mais de duração.

Com relação à China, sempre no capítulo do comércio, o Conselho Europeu indicou que as prioridades em curto prazo são na área do “investimento, no acesso aos mercados, nos contratos públicos e nos direitos de propriedade intelectual, a basear-se em um diálogo construtivo e estratégico”. [As partes se comprometeram recentemente](#) a abrir o quanto antes negociações sobre um amplo acordo de investimento.

Quanto à Rússia, o Conselho espera focar a relação comercial nos compromissos assumidos quando da adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC). Em relação às negociações sobre um novo acordo global, o Conselho afirmou que ainda deve haver progressos.

Finalmente, sobre as principais economias emergentes, o Conselho disse que uma vez concluídas as negociações com Cingapura, deverão ser aprofundadas as relações comerciais com outros membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático ([ASEAN](#)). Quanto ao Merco-



sul, tem-se a expectativa de que as trocas de ofertas para acesso aos mercados aconteçam até o final de 2013.

UE cria Sistema Único de Verificação e Monitoramento de Madeira e Produtos Florestais, incluindo papel e celulose

A partir de março de 2013, todos os operadores que colocarem no mercado europeu madeira ou produtos derivados da madeira (pavimentos, compensados, pasta e papel, entre outros) deverão recorrer a um conjunto de procedimentos e medidas, designado por “sistema de diligência devida”.

Em suma, de acordo com o [regulamento europeu](#), que agora passa a ser aplicado, os operadores terão a obrigação de rastreabilidade, devendo identificar através da cadeia de abastecimento os fornecedores da madeira ou produtos de madeira. Eles deverão manter todas as informações recolhidas por cinco anos e fornecer estas informações às autoridades nacionais em caso de inspeção. Caberá ao Estado-Membro fiscalizar os documentos e registros do “sistema de diligência devida”.

O regulamento faz parte do Plano de Ação da UE relativo à aplicação da legislação, à governança e ao comércio no setor florestal (FLEGT). Tem o objetivo de coibir a introdução de madeira extraída ilegalmente e de produtos da madeira dela derivados no mercado europeu.

Os produtores brasileiros já se submetem a certificações internacionais, tais como *Forest Stewardship Council* (FSC) e *Pan European Forest Certification* (PEFC), e à certificação florestal brasileira, conhecida como CERFLOR. A princípio, a Comissão Europeia (CE) diz que as autoridades nacionais levarão em conta tais certificados e que as medidas não representarão uma barreira técnica ao comércio. Segundo a CE, o sistema foi criado para obrigar os operadores a se responsabilizarem pela procedência da madeira antes de ser transformada e/ou vendida ao consumidor final (para mais informações, consulte o [link](#)).

Produtos Florestais Brasileiros

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as exportações brasileiras de produtos florestais madeireiros para os 27 Estados-Membros da UE, em 2012, somaram US\$ 3,097 bilhões, valor 10.64% inferior ao alcançado em 2011. Mesmo assim, esses produtos representaram o terceiro item da pauta de exportação do agronegócio brasileiro para a UE, depois dos produtos do complexo de soja e da carne bovina.

Os produtos florestais madeireiros compreendem: celulose, papel, madeiras brutas, laminados, perfilados, madeira serrada, painéis de fibra, móveis de madeira e painéis de fibra. Mais da metade do volume de negócios é representado por papel e celulose. Segundo a [Associação Brasileira de Celulose e Papel](#) (Bracelpa), a UE é o principal destino da

celulose brasileira. Em 2012, a corrente de comércio gerou 33% da receita com as vendas externas do produto. Em seguida vieram a China e a América do Norte, com 18,7% e 13,7%, respectivamente. Em relação ao papel, a América Latina permaneceu como principal mercado em 2012 e foi responsável por 58,4% dessa receita, seguida pela Europa e pela América do Norte, responsáveis por 15,3% e 10%, nessa ordem.

REACH 2013: Bruxelas anuncia que a legislação dos químicos não sofrerá alteração

Não haverá modificação nas principais disposições da legislação atual do REACH (regulamento de avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas), apesar de algumas adaptações serem necessárias. Essa foi a principal [conclusão do relatório publicado pela Comissão Europeia \(CE\) no dia 5 de fevereiro](#), com base em uma [avaliação sobre os cinco anos da legislação](#).



[Manifestação em defesa do REACH - Bruxelas]

O estudo da CE, que serviu também para medir o grau de satisfação com o regulamento, destacou que os custos associados à administração do REACH são altos para as PMEs, mas as empresas reconheceram os efeitos econômicos positivos da legislação para os negócios e garantiram que o REACH tem sido um fator-chave para o crescimento e a competitividade da indústria química europeia.

Entre as adaptações previstas, a CE pretende melhorar a qualidade dos processos de registro do regulamento REACH, reforçando o papel central das fichas de dados de segurança como instrumento de gestão dos riscos e resolvendo questões ligadas à divisão dos custos no âmbito dos fóruns de intercâmbio de informações sobre substâncias.

Também irá propor em breve a redução das taxas de registro aplicadas às PMEs. No entanto os Estados-Membros também têm responsabilidade pela aplicação do REACH e o estudo recomenda o reforço da coordenação entre eles.

O vice-presidente da CE e comissário europeu responsável pela Indústria e pelo Empreendedorismo, Antonio Tajani, e o comissário europeu responsável pelo Ambiente, Janez Potočnik, declararam: “O sistema REACH contribui para facilitar a livre circulação de produtos químicos no mercado interno. A nossa indústria química pode tornar-se líder mundial de inovação. O regulamento REACH permite-nos ter essa ambição, pois é a legislação mais vasta sobre produtos químicos que existe no mundo”.

Próximas etapas

A CE vai organizar nos próximos meses uma conferência para dar mais detalhes sobre as mu-



danças do regulamento REACH. Já existe um plano de trabalho em curso, em cooperação com os Estados-Membros e com a Agência Europeia das Substâncias Químicas (ECHA), para identificar e avaliar o processo de autorização das substâncias de maior risco dentro da cadeia de abastecimento. Esse plano visa melhorar até 2020 o processo de autorização das substâncias candidatas.

A [ECHA anunciou](#) que o apoio proativo às PMEs, no que diz respeito à inscrição e às obrigações, será prioridade após o prazo de inscrição de 2013.

REACH 2013: ECHA disponibiliza lista das substâncias químicas a registrar

31 de maio de 2013 é a data limite para a indústria registrar pela internet todas as substâncias químicas fabricadas na União Europeia (UE) ou importadas por indústrias localizadas nos Estados-Membros do bloco em quantidades iguais ou superiores a 100 toneladas por ano. Está disponível na [página web da Agência Europeia das Substâncias Químicas](#) (ECHA) a lista das substâncias chamadas de “[integração progressiva](#)” a registrar.

Para auxiliar as empresas, a ECHA já havia publicado no ano passado uma lista de substâncias identificadas por indústria, com o requisito de registro. Essa lista está sendo atualizada regularmente e contém hoje 3.052 substâncias.

A agência também disponibiliza uma lista adicional com nomes de certas substâncias cujo registro as indústrias têm intenção de fazer em 2013. Essa lista tem cerca de 700 substâncias.

Se a substância da empresa estiver na lista, a ECHA recomenda que o interessado contate o fornecedor, caso seja um [usuário downstream](#), ou os membros do [Fórum de Intercâmbio de Informações sobre uma Substância](#) (SIEF), caso seja fabricante ou importador.

A ECHA alerta a todos os usuários das substâncias químicas dentro da UE que verifiquem essas listas, porque a falta de registro significará o fim da comercialização no mercado europeu.

FIQUE DE OLHO!

O DEVER DOS EXPORTADORES PARA UE

Caso sua empresa exporte para a UE as substâncias abrangidas pela regulamentação europeia, as obrigações do REACH deverão ser cumpridas pelos importadores ou por uma empresa estabelecida na UE que tenha sido nomeada como seu Representante Único.

Como fazer: Tudo é feito pela internet. O empresário tem que enviar à ECHA, obrigatoriamente, um dossiê individual da empresa e pagar a taxa de registro. Para mais informações, consulte a página web da [ECHA](#). Não espere a última hora!



Consumo de carne na UE deverá ser o mesmo até 2022

O consumo anual de carne (suína, bovina, caprina e de aves) na União Europeia deverá ser de 82,6 kg por pessoa em 2022 (quase o mesmo nível de 2009 e 1% a menos do que em 2011). A produção total de carne também aumentará pouco a pouco na próxima década e deverá chegar em 2022 perto de 45 milhões de toneladas, quase o que foi registrado em 2011.

Esses são os dados de um relatório publicado recentemente pela Comissão Europeia (CE), "[Perspectivas dos mercados agrícolas na UE 2012-2020](#)", sobre produção, exportação, importação e consumo de carne na UE.

Quanto ao consumo, espera-se que em 2022 a preferência continue a ser pela carne suína, seguida pela carne de ave e pela bovina, conforme resumo no quadro abaixo:

Consumo total de carne por espécie e per capita (kg) para a UE, 2009-2022:

Tipo	2009	2011	2013	2022
suína	40,56	41,48	40,26	40,79
aves	23,07	23,63	24,19	24,11
bovina	16,37	15,90	15,29	15,71
ovino e caprino	2,50	2,33	2,17	1,95

Acordos Internacionais

UE espera concluir as negociações com os EUA em dois anos

Durante a sessão da comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu (INTA) do dia 21 de fevereiro, [o comissário europeu do comércio, Karel De Gucht](#) disse que acredita que o acordo de livre comércio União Europeia-Estados Unidos será concluído em dois anos.



[O Presidente da INTA, eurodeputado Vital Moreira (ao centro), e o comissário europeu do comércio, Karel De Gucht (segundo da direita para esquerda).]

“Porém, mais importante do que a velocidade das negociações, será a ambição do acordo”, completou De Gucht. [As duas potências](#), que somam cerca de 800 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 32,56 trilhões, representam [quase metade \(47%\) da produção da riqueza global](#) e acumulam perto de um terço do [comércio mundial](#).

De Gucht explicou que a Europa já tem acordos com os EUA que garantem hoje uma tarifa média de 4% às importações europeias. Por isso, continuou o comissário, o foco principal da UE serão as barreiras não alfandegárias - tais como as diferenças de regulamentos técnicos, as normas e certificações. Estas sim, afirmou De Gucht, representam um adicional aos produtos de 10% a 20%, elevando os custos para as empresas e para os consumidores.

Passos coreografados

Fevereiro foi marcado pela sequência de passos cuidadosamente coreografados por líderes nacionais dispostos a demonstrar força política para um acordo transatlântico de livre comércio. O balé começou na sexta-feira (8 de fevereiro), quando o Conselho Europeu manifestou um forte apoio a um acordo comercial abrangente com os Estados Unidos e autorizou a Comissão Europeia (CE) a “dar rápido seguimento às recomendações” do relatório do grupo de alto nível UE-EUA. A CE [divulgou as conclusões favoráveis](#) desse estudo de viabilidade na segunda-feira (11). Na terça-feira (12), foi a vez do presidente dos EUA, Barack Obama, se manifestar, afirmando em seu [discurso do Estado da União](#) que queria um “acordo comercial abrangente e de investimento, porque o comércio, que é livre e justo através do Atlântico, dará suporte a milhões de empregos americanos bem remunerados”.

[“Estamos empenhados em fazer com que esse relacionamento nos conduza com firmeza à prosperidade”](#), afirmaram os presidentes dos EUA, Barack Obama, do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e da CE, Durão Barroso, em um comunicado conjunto no prosseguimen-



to dos passos orquestrados. Depois o Parlamento Europeu (PE) se manifestou por meio de seu presidente, [Martin Schulz](#), que corroborou a sequência das declarações e afirmou que o PE tem sido um “forte defensor de um ambicioso projeto de mercado transatlântico”. Lembre-se que o acordo deverá ter a aprovação final do PE.

Próximos passos

A CE solicitará um mandato de negociação para o Conselho em março. A decisão unânime dos 27 Estados-Membros é necessária para lançar as negociações. Do lado dos EUA, após a notificação do presidente Obama, o Congresso americano terá 90 dias para apresentar suas observações sobre o assunto. De Gucht acredita que o lançamento oficial das negociações deverá acontecer na Cúpula UE-EUA, marcada para junho de 2013.

[Segundo dados da CE](#), um futuro acordo poderá adicionar 86 bilhões de euros ao ano à economia do bloco e 65 bilhões de euros à economia dos EUA. A CE pretende que as negociações compreendam três áreas: acesso ao mercado (tarifas, serviços e investimento); questões regulatórias e barreiras não tarifárias; regras, princípios e novos modos de cooperação para lidar com os desafios comuns de comércio global e oportunidades. O comissário confirmou que a agricultura fará realmente parte das negociações, o que não afetará a legislação da UE. “É verdade que as partes têm interesse em proteger sua agricultura e às vezes encontram-se na zona cinzenta”, disse De Gucht.

UE-Peru: Acordo Comercial em vigor em março

O acordo comercial assinado entre o Peru e a União Europeia (UE), em junho do ano passado, em Bruxelas, entrou em vigor [em caráter provisório no dia 1º de março](#). O acordo abre os mercados aos exportadores europeus e peruanos, gerando ganhos anuais de 500 milhões de euros. Além disso, [segundo a Comissão Europeia \(CE\)](#), espera-se que os maiores ganhos venham de “condições melhores e mais estáveis para o comércio e investimento”. Para a entrada em vigor definitiva o acordo depende da ratificação dos 27 parlamentos dos Estados-membros e do parlamento peruano.

O acordo eliminará as tarifas alfandegárias de todos os produtos industriais e pesqueiros, ampliará o acesso ao mercado de produtos agrícolas, melhorará o acesso aos contratos públicos, aos serviços e aos mercados de investimentos.

“Em tempos de crise econômica, com a demanda doméstica e orçamentos limitados, o comércio pode ajudar a impulsionar o crescimento e o emprego, sem causar mais pressão sobre o erário público. Este acordo faz exatamente isso e fomentará negócios e investimentos dinâmicos e sustentáveis para ambos os lados”, disse o comissário europeu responsável pelo comércio, Karel de Gucht.



O acordo comercial assinado entre a Colômbia e a UE em junho de 2012, deverá entrar em fase de execução ainda este ano, uma vez que seus processos de ratificação internos sejam concluídos.

Resultados esperados dos acordos UE-Peru e UE-Colômbia

- Abre oportunidades de mercado aos principais setores exportadores europeus. A Comissão Europeia cita alguns exemplos: os setores de autopeças e automotivo poderão se beneficiar de uma redução de €33 milhões em tarifas alfandegárias. O setor de produtos químicos economizará cerca de €16 milhões e o setor têxtil pagará €60 milhões a menos em tarifas. Os produtos farmacêuticos e de telecomunicações também sofrerão importantes reduções tarifárias.
 - Faz concessões tarifárias importantes para os setores agrícolas do Peru e da Colômbia, segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como exemplo, [o BID aponta](#) a melhoria de condição de acesso à banana, que terá redução tarifária de €176/t para €75/t em 2020, enquanto para outros países a redução será de apenas €114/t. O açúcar e seus derivados também obtiveram melhoras substanciais no acesso ao mercado europeu. Apesar de não serem totalmente liberados, entrarão na UE por meio de contingentes tarifários. O café torrado e as preparações de café terão isenção tarifária e serão protegidos por normas de origem mediante a qual se considera originário todo café torrado em grão se este tiver sido cultivado e colhidos pelos países que fazem parte do Acordo.
 - Estabelece um conjunto de normas que vão além daquelas acordadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), de acordo com os dados da Comissão. Trata por exemplo das barreiras não tarifárias para acesso ao mercado, concorrência, transparência e direitos de propriedade intelectual, bem como protege mais de cem indicações geográficas da UE nos mercados da Colômbia e do Peru.
- Para mais informações, acesse o [link](#).

Consultas Públicas

Participe do processo de decisão da UE

Toda empresa ou cidadão pode participar das consultas públicas da União Europeia (UE). Confira [a lista](#) e veja o que ela traz de relevante para o seu setor. Leia, a seguir, alguns temas de interesse:

Energia - Tecnologias energéticas e inovação:

A Comissão Europeia (CE) busca ideias e opções para uma política europeia que vise as tecnologias energéticas. A CE está preparando uma comunicação nessa área e prevê anunciá-la no primeiro semestre de 2013. Prazo final: 15.03.2013. Mais informações no [link](#).





Mercado interno - Livro Verde sobre práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar e não alimentar entre as empresas na Europa:

A CE pretende fazer, com o Livro Verde, uma avaliação inicial dos problemas inerentes a práticas comerciais desleais nas relações *business-to-business* ao longo da cadeia alimentar e não alimentar, incluindo a falta de fiscalização eficiente das normas nacionais e o impacto sobre o Mercado Único. Assim o objetivo do Livro Verde é lançar às partes interessadas uma consulta sobre essa análise e identificar os próximos passos para a resolução dos problemas. Prazo final: 30.04.2013. Mais informações no [link](#).

Bruxelas em Movimento

UE abre mercado para carne processada brasileira

O setor brasileiro de carne conseguiu da Comissão Europeia (CE) o direito de exportar carne processada, com um tratamento a temperaturas menores do que as que eram permitidas pela UE na [decisão de 2007](#), que determinava que a matéria-prima da carne deveria ser obtida a partir de uma temperatura mínima de 80°C. O produto em questão é conhecido como “beef jerky”, feito à base de carne bovina fatiada, seca, curada, condimentada e termoestável.



A decisão, publicada no [Diário Oficial da União Europeia de 23 de fevereiro](#), estabelece as condições de sanidade animal e de saúde pública para as importações de produtos à base de carne e vísceras tratadas para o consumo humano provenientes de terceiros países. Para o Brasil, a resolução representa um ganho adicional de fontes de matéria-prima e um produto de melhor qualidade, explica o adido agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Odilson Silva, que está baseado em Bruxelas.

Os estados brasileiros autorizados a exportar esse tipo de carne processada a temperaturas menores são: Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e parte dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Com a decisão da UE, o Brasil adquire o direito de realizar o mesmo processo de fabricação das matérias-primas de países concorrentes na exportação do produto, como a África do Sul e o Uruguai.

Entra em vigor novo regime de importação de frango brasileiro pela UE

O novo regime de importação da União Europeia (UE) para algumas preparações e conservas de carne de frango do Brasil entra em vigor em 1º de março, segundo está previsto no [regulamento 1246/2012](#), publicado no Diário Oficial da UE em dezembro de 2012.

A carne de frango processada no Brasil foi reclassificada e quase 80 mil toneladas poderão ser exportadas com tarifas especiais. A tarifa extracota é de € 2.765/ton. O regulamento foi [aprovado pelo Conselho](#) nos dias 6 e 7 dezembro. Os novos produtos e as respectivas cotas podem ser visualizados neste [link](#), na pág. 08.

Japão abre mercado para carne europeia

O Japão reabriu seu mercado em 1º de fevereiro às importações de carne bovina europeia e produtos derivados provenientes da França e da Holanda, encorajando outros Estados-Membros a exportar para o país. [Vários comissários europeus consideraram](#) a medida positiva para os parceiros comerciais da União Europeia (UE) e chamaram a atenção para o fato de os impasses causados pelas barreiras não tarifárias poderem ser superados com as negociações que estão em curso para o acordo de livre comércio entre a UE e o Japão.

O Japão, que proibiu a entrada de produtos bovinos europeus em 2001 por causa da epidemia de EEB (encefalopatia espongiforme bovina), reconheceu que a carne bovina europeia é segura.

A Comissão Europeia (CE) colocará o Japão na lista de países terceiros cujas importações de carne bovina para a UE estão autorizadas e aprovará um plano de monitoramento para substâncias e resíduos consumidos pelos animais bovinos japoneses. As duas novas medidas foram aprovadas no dia 6 de fevereiro por especialistas do Comitê Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal (CPCASA). A derrubada dessas barreiras permitirá ao Japão vender produtos como o “*kobe beef*”, considerada a carne mais cara do mundo.

Contexto

Em 29 de novembro de 2012, os [Estados-Membros autorizaram](#) a CE a abrir negociações de livre comércio com o Japão, que é o segundo parceiro comercial da UE na Ásia, depois da China. A UE e o Japão somam mais de um terço do PIB mundial.



Questões Parlamentares

Dentro do processo democrático das instituições europeias, os parlamentares podem dirigir perguntas à Comissão Europeia ou ao Conselho sobre os temas em pauta. Ambas as instituições têm até oito semanas para responder aos parlamentares. O Informativo de Bruxelas seleciona apenas as questões de interesse da indústria brasileira que já obtiveram resposta.



[© Architecture Studio / NO PROPERTY RELEASE]

CE não vê relação entre preços de produtos alimentícios e produção de biocombustíveis

Sobre a política da UE em matéria de energias renováveis e o impacto dessa política no aumento do preço dos produtos alimentícios, o comissário europeu responsável pela Energia, Günther Oettinger, [afirmou que](#) as consequências para o preço dos cereais são limitadas e moderadas para os óleos vegetais. Segundo Oettinger, a UE utiliza atualmente cerca de 3% da sua colheita de cereais para a produção de etanol e ao mesmo tempo fornece alimentos proteicos que substituem outras fontes de alimentação animal, incluindo a farinha de soja importada da América do Sul.

O comissário se pronunciou [em resposta ao eurodeputado Diogo Feio](#), que havia questionado a CE sobre o uso intensivo de biocombustíveis e o impacto disso na cadeia de produtos alimentícios. O eurodeputado baseou-se num [relatório sobre as principais causas da fome no mundo, divulgado em novembro de 2010 e escrito pelo Dr. Christophe Golay](#), coordenador do projeto sobre direitos econômicos, sociais e culturais da Academia de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos de Genebra.

No primeiro relatório bianual da Comissão Europeia (CE) sobre a [Diretiva de Energias Renováveis](#), que deverá ser divulgado até o final de março, [Oettinger afirma](#) que, em 2010, 83% dos biocombustíveis consumidos na UE foram produzidos na própria UE. Diz também que uma parte foi produzida com matérias-primas importadas. “Os principais países exportadores de biodiesel para a UE foram a Argentina, o Brasil e os EUA, no que se refere ao biodiesel derivado principalmente da soja, e a Indonésia e a Malásia, no que diz respeito ao biodiesel derivado principalmente do óleo de palma. Quanto à produção de bioetanol, os principais países exportadores foram o Brasil, com produto derivado da cana-de-açúcar, e os EUA, com derivado do milho”, [antecipa Oettinger](#).



CE quer investir em inovação para proteger sua indústria

Investir em inovação nos setores emergentes, mas também nos setores tradicionais, tais como automotivo ou de aço, com base em seis linhas de ação e com a cooperação do setor industrial e dos Estados-Membros. Esse é um dos mecanismos propostos pela Comissão Europeia (CE) para proteger sua indústria nos próximos sete anos, [explicou o comissário europeu](#) responsável pela Indústria e Empreendedorismo, Antonio Tajani.

Tajani respondeu ao eurodeputado francês [Jacky Hénin](#), [que havia questionado a CE](#) sobre as novas iniciativas para promover e defender a indústria europeia no âmbito da [proposta de política industrial apresentada em outubro do ano passado](#) e atualmente em fase de aprovação. Hénin fez a pergunta levando em conta o fechamento dos altos-fornos da siderúrgica Areclor-Mittal, em Liège (Bélgica) e Florange (França).

O objetivo [da nova política industrial da CE](#) visa elevar a participação da indústria de 15,6% para 20% do Produto Interno Bruto (PIB) europeu até 2020.

Agenda da UE

Destaques de Março de 2013

04	Centre for European policy Studies (CEPS) Bruxelas, Bélgica O CEPS organiza a conferência <i>The Brazil-EU Strategic Partnership: Realities and Potential</i> . Para ler o programa, acesse o link .
06	União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) Bruxelas, Bélgica A UNICA, em parceria com a Apex-Brasil e a Missão do Brasil junto à União Europeia, organizará o seminário "Uma perspectiva brasileira sobre a transição da UE para biocombustíveis mais sustentáveis". Para ler o programa, acesse o link .
11 - 14	Parlamento Europeu Estrasburgo, França Sessões plenárias. Para mais informações, acesse o link .
12	Parlamento Europeu Estrasburgo, França No âmbito da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) , os eurodeputados debaterão e votarão a questão dos pagamentos diretos aos agricultores, a organização do mercado único para produtos agrícolas, o apoio ao desenvolvimento rural e as questões de financiamento, gerenciamento e monitoramento da PAC. Para mais informações, acesse o link .



14 - 15	Conselho Europeu Bruxelas, Bélgica O Conselho Europeu de março irá avaliar o progresso alcançado por cada Estado-Membro na implementação das recomendações estratégicas de 2012. Também deverá fornecer orientações sobre a estabilidade de 2013. Espera-se que Comissão Europeia apresente o esboço das diretivas para as negociações da parceria transatlântica UE-EUA. Para mais informações, acesse este link.
15 - 17	Brussels Forum Bruxelas, Bélgica Reunião anual de alto nível com representantes políticos da União Europeia e dos Estados Unidos, do meio empresarial e acadêmico para debater os desafios mais prementes de ambos os lados do Atlântico. A secretária de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Tatiana Lacerda Prazeres, participará do primeiro painel, sobre <i>A Fragile World after the crisis</i>, dia 15 de março. Para mais informações, acesse o link.
Dia a confirmar	Comissão Europeia Bruxelas, Bélgica A Comissão Europeia (CE) vai publicar os resultados de sua consulta sobre os 10 atos legislativos da União Europeia (UE) mais atraentes para as pequenas e médias empresas (PMEs). A CE lançou uma consulta em outubro de 2012 aos empresários para saber o que poderia ser melhorado na luta contra a burocracia. Para mais informações sobre o processo de consulta, acesse o link.